

Casa do Psicólogo®

# PSICOLOGIA ESCOLAR: EM BUSCA DE NOVOS RUMOS

**Adriana Marcondes Machado  
Marilene Proença Rebello de Souza (orgs.)**

**Maria Cristina Machado Kupfer  
Beatriz de Paula Souza  
Cintia Copit Freller  
Yara Sayão  
Jacqueline Kalmus  
Renata Laureti Guarido  
Renata Paparelli**

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO  
Colecção dirigida por Lino de Macedo

# ÍNDICE

	Prefácio.....	7
	<i>Maria Helena Souza Patto</i>	
	Introdução.....	13
	<i>Marilene Proença Rabello de Souza</i> <i>Adriana Marcondes Machado</i>	
<b>1</b>	A queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo .....	17
	<i>Marilene Proença Rebello de Souza</i>	
<b>2</b>	As crianças excluídas da escola: um alerta para a Psicologia.....	35
	<i>Marilene Proença Rebello de Souza</i> <i>Adriana Marcondes Machado</i>	
<b>3</b>	O que toca à/a Psicologia Escolar.....	51
	<i>Maria Cristina Machado Kupfer</i>	
<b>4</b>	Crianças portadoras de queixa escolar: reflexões sobre o atendimento psicológico.....	63
	<i>Cintia Copit Freller</i>	
<b>5</b>	Intervenção psicológica em creche/pré-escola.....	79
	<i>Yara Sayão e Renata L. Guarido</i>	
<b>6</b>	Relato de uma intervenção na Escola Pública.....	87
	<i>Adriana Marcondes Machado</i>	
<b>7</b>	Professorá desesperada procura psicóloga para classe indisciplinada.....	101
	<i>Beatriz de Paula Souza</i>	

- 8** Pré-escola terapêutica *Lugar de Vida*:  
um dispositivo para o tratamento de crianças  
com distúrbios globais do desenvolvimento..... 111  
*Maria Cristina Machado Kupfer*
- 9** Grupos de crianças com queixa escolar:  
um estudo de caso..... 121  
*Cintia Copit Freller*
- 10** As contribuições dos estudos etnográficos  
na compreensão do fracasso escolar  
no Brasil ..... 137  
*Marilene Proença Rebello de Souza*
- 11** Para além dos muros da escola:  
as repercussões do fracasso escolar na  
vida de crianças reprovadas..... 153  
*Jacqueline Kalmus e Renata Paparelli*
- 12** Mães contemporâneas e a orientação  
dos filhos para a escola..... 183  
*Beatriz de Paula Souza*

# PREFÁCIO

Na década de 60, quando se formaram as primeiras turmas de psicólogos na Universidade de São Paulo, a disciplina “Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem”, embora já fizesse parte do currículo mínimo dos cursos de graduação em Psicologia criados há pouco, estava longe da identidade que foi assumindo no decorrer das décadas de 70 e 80. Dois fatos aparentemente sem importância marcavam a sua existência naquele período: em primeiro lugar, uma preposição lhe dava um caráter inteiramente diverso do que tem hoje – ela se chamava “Psicologia *do* Escolar e Problemas de Aprendizagem”, numa indicação clara de que o foco da atenção era o aluno; em segundo lugar, era ministrada por todos os docentes da Cadeira de Psicologia Educacional, que examinavam os problemas de aprendizagem escolar a partir de suas especialidades: a psicologia do desenvolvimento infantil, a psicologia do excepcional, a psicologia diferencial, a psicologia da aprendizagem, os testes e medidas. Naquela época, já estava em pauta o tema das dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita, vistas sobretudo do prisma das deficiências intelectuais, sensoriais ou dos distúrbios neurológicos evolutivos que causariam problemas de lateralidade e dislexia, ficando para a Cadeira de Psicologia Clínica a tarefa de olhá-los do ângulo dos distúrbios afetivo-emocionais. Neste contexto, entender as dificuldades escolares era sinônimo, para os que praticavam a psicologia educacional, de medir capacidades e habilidades, o que fazia dos testes ferramentas imprescindíveis à ação escolar dos psicólogos.

O desejo de criação de um Serviço de Psicologia Escolar, por sua vez, também é bastante antigo. Herdeiros da vocação que presidiu a própria constituição da Psicologia no século passado, os professores da Cadeira participavam da crença liberal de que a sociedade de classes seria justa se cada um ocupasse o devido lugar, em função de suas capacidades pessoais, projeto que tinha na identificação dos mais e dos menos aptos à escolarização uma peça fundamental. De outro lado, a

criação do curso de Psicologia trouxe a necessidade do cumprimento, pelos alunos, de horas de estágio para a obtenção do diploma de psicólogo. Foi assim que, no fim dos anos 60, um grupo de docentes da ainda Cadeira de Psicologia Educacional, liderados pela professora Maria José de Barros F. de Aguirre, instalou-se numa sala do Grupo Escolar "Alberto Torres", vizinho à Cidade Universitária, para a qual foram transferidos depois que a extrema-direita expulsou a USP do prédio da rua Maria Antonia.

Embora curta, essa experiência foi marcante. Olhando-a de longe, percebo agora a semelhança com as atividades desenvolvidas, desde 1914, no Laboratório de Pedagogia Experimental, de Ugo Pizzoli, anexo à Escola Normal de São Paulo, e que algumas fotos guardaram para a posteridade. Tal como ocorria no Gabinete de Psychologia Pedagógica deste Laboratório, usavam-se as crianças para pôr não mais as normalistas, mas agora, estudantes de Psicologia em contato com os instrumentos de medida da ciência psicológica, que deixaram de ser os aparelhos de medidas psicofísicas para se transformarem em testes de inteligência e de habilidades específicas, à semelhança do que se passava no Laboratório de Psicologia Educacional de Noemy da Silveira Rudolfer, desde os anos 30, no mesmo prédio imponente que abrigara o professor italiano. Eram os docentes mais antigos da Cadeira de Psicologia Educacional dando continuidade às concepções de Psicologia de seus mestres. Embora avaliar as crianças com "problemas de aprendizagem" também fizesse parte dos planos, mal se chegou a fazê-lo, pois veio a reforma universitária que nos transformou em Instituto de Psicologia e absorveu-nos momentaneamente em outras tarefas.

\* \* \*

Ao longo dos anos 70, a idéia de criar o Serviço voltou a ser recorrente. Chegamos a redigir um anteprojeto, de cujos termos não me lembro, a não ser da decisão de privilegiar o trabalho em escolas públicas de primeiro grau. De qualquer forma, aquela década foi decisiva na *redefinição* dos objetivos da Psicologia Escolar que alguns docentes do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento

e da Personalidade certamente lideraram. Os tempos eram de ditadura militar, cuja brutalidade alimentou a resistência, ainda que surda. Enquanto alguns professores de formação comportamental deste Departamento aderiram de vez ao tecnicismo que dominou o período e passaram a difundir a instrução programada (nesta época, atribuíam-se à Skinner e não, à Piaget a missão de salvar a escola pública brasileira) e a modificação do comportamento das crianças desviantes, Marlene Guirado e eu somamos com as teorias crítico-reprodutivistas que começavam a circular (primeiro Althusser, pouco depois Bourdieu). Ao trazerem à luz o papel ideológico, domesticador e excludente da Escola, estes autores não só nos alertaram para uma possível contribuição da Psicologia à manutenção da ordem social flagrantemente injusta que vigorava no país, como também mudaram a maneira como concebíamos as dificuldades de aprendizagem de grande parte das crianças das classes populares: o foco deixava definitivamente de ser o aluno para ser a *instituição*. Daí até o encontro com a Psicologia Institucional foi só uma questão de tempo.

O problema dos estágios continuava a exigir solução. Desde a “Psicologia do Escolar”, ministrada por vários professores sem nenhuma atividade de estágio, até a criação do Serviço de Psicologia Escolar, com as características de hoje, houve várias etapas sucessivamente superadas: no início, os próprios alunos encarregavam-se de buscar uma escola onde pudessem fazer algum tipo de contato com a vida escolar; num segundo momento, fizemos um contrato com o Departamento de Assistência ao Escolar da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, mediante o qual fornecíamos caracterizações gerais de unidades escolares em troca do acesso de nossos alunos às escolas estudadas. Embora a convivência com a realidade escolar tenha se ampliado e se tornado mais proveitosa para os estudantes de Psicologia nessa etapa, nossa insatisfação com o uso meramente burocrático dos dados que oferecíamos à Secretaria de Educação pedia outras soluções; numa terceira fase, Ronilda Ribeiro, Ana Maria Curto Rodrigues e eu percebemos que só poderíamos desenvolver um trabalho mais conseqüente, duradouro e ético se déssemos início ao atendimento efetivo de umas poucas unidades escolares, nas quais os alunos do curso de graduação em Psicologia realizassem a cada ano o seu estágio, sem que sua passagem necessariamente transitória pela escola implicasse em descontinuidade ou término dos trabalhos, o que vinha tornando, com

razão, o pessoal docente e administrativo das escolas cada vez mais refratário à presença de estagiários. Dizendo de outro modo, um dos papéis da Universidade – a prestação de serviços à comunidade – poderia ser mais eficientemente cumprido se criássemos frentes de trabalho, postos avançados de ação dos docentes encarregados no IP-USP do conjunto de disciplinas relativas à Psicologia aplicada à escola. Mas éramos três, com várias outras atividades no Departamento, e os alunos, setenta a cada ano letivo. Era preciso juntar a nós outros psicólogos que possibilitassem a abertura desse novo espaço de teoria e prática: é então que se forma o grupo que hoje traz a público alguns resultados das experiências e reflexões realizadas no Serviço de Psicologia Escolar nos últimos dez anos.

\* \* \*

Adriana Marcondes Machado, Beatriz de Paula Souza, Cintia C. Freller e Yara Sayão são, para a burocracia institucional, “técnicas de apoio ao ensino e à pesquisa”. Na verdade, elas são muito mais que isso: jovens e capazes, poderiam estar comodamente instaladas em seus consultórios particulares, mas escolheram, apesar da má remuneração, a militância do trabalho em escolas públicas situadas nos bairros pobres da cidade de São Paulo. Maria Cristina Machado Kupfer e Marilene Proença Rebello de Souza, embora na categoria um pouco menos desconfortável de docentes, não aceitaram o ensino rotineiro e a produção acadêmica quantitativa, preferindo o desafio da intervenção numa escola pública maltratada e da criação de propostas profissionais inovadoras.

Todas elas conhecem a fundo a realidade das escolas para o povo, sucateadas nos países latino-americanos; todas elas sabem que só é possível entender o que nelas se passa referindo-as à realidade social que as inclui; todas elas estão cientes dos limites impostos pelas condições históricas atuais a qualquer projeto transformador da escola; no entanto, mesmo sabendo que a Psicologia não tem o poder onipotente de fazer das escolas um lugar de igualdade e liberdade numa sociedade congenitamente desigual, opressora e excludente, todas elas lidam com maturidade com o inevitável sentimento de impotência e permanecem num campo cheio de percalços.

Embora de extração teórica diversa e embora incidam sobre diferentes segmentos do universo escolar público, todos os artigos aqui reunidos têm denominadores comuns: todos orientam-se por um sério compromisso com a melhoria da qualidade da escola que se oferece às crianças das classes populares; todos estão voltados para a trama institucional quando se trata de entender os seus sujeitos: todos superam, portanto, a via estreita e tradicional do diagnóstico e tratamento de “desajustados”; todos acreditam explícita ou implicitamente que todas as crianças são capazes de aprender; todos oferecem sugestões a psicólogos aflitos que se perguntam *o que fazer* depois de criticado o modelo médico.

A partir da percepção do que existe de repetição, de sempre o mesmo, de estereotipia, de “cristalização” (esta é uma palavra-chave presente em todos eles) nas instituições escolares – estado de coisas que os psicólogos têm ajudado a perpetuar com suas práticas não-críticas –, as autoras se propõem a colaborar com a restauração ou o fortalecimento do movimento, da criação, da vitalização na qual predomina a estagnação e a morte. Marilene e Adriana, baseadas em Deleuze, Foucault, Ezpeleta e Rockwell, falam em “intensificar a problematização” entre os sujeitos escolares, inclusive as crianças, mesmo que estejam nas classes especiais; Beatriz parte de Bleger e Pichon-Rivière para enfatizar o “rompimento de discursos institucionalmente cristalizados”; Cintia sublinha, com base em Winnicott, a “via contrária à da paralisia e estereotipia”; Yara e sua colega de trabalho na creche, Renata Guarido, objetivam, a partir da psicologia institucional de linha francesa e argentina, a “circulação dos discursos presentes na instituição, de forma a encontrar os significados do que acontece em seu interior”; Cristina vale-se de Lacan para propor a “oxigenação” das instituições pela promoção da “circulação discursiva”, sem a qual a instituição atrofia-se. Mais direta ou mais remota, a Psicanálise marca presença em todas as propostas.

Além do relato de intervenções que vem realizando e das reflexões que elas suscitam, o grupo decidiu incluir nesta publicação um capítulo sobre método de pesquisa e o relato de uma investigação realizada por duas jovens alunas do curso de graduação na época – Jaqueline Kalmus e Renata Paparelli –, que elegeram como objeto de atenção um aspecto tão importante quanto desconsiderado pelos que pesquisam burocraticamente o problema do fracasso escolar: as marcas deixadas



pela escola em crianças às quais foi vedada uma experiência escolar bem-sucedida.

Cristina Kupfer resume bem o que concluiu ser a linha atual do trabalho desenvolvido no Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da USP: "Os discursos institucionais tendem a produzir repetições, mesmice, na tentativa de preservar o igual e garantir sua permanência. Contra isso, emergem vez por outra falas de sujeitos, que buscam operar rachaduras no que está cristalizado. É exatamente como 'auxiliar de produção' de tais emergências que um psicólogo pode encontrar o seu lugar". Em outras palavras, as psicólogas aqui reunidas convidam os seus colegas a criarem, nas instituições em que atuam, condições para que se mantenham acesos a capacidade de pensar e o desejo de dignidade numa sociedade que conspira o tempo todo contra isso.

*Maria Helena Souza Patto*

São Paulo, abril de 1995